

'Supercomissão' vai gerir verba herdada do orçamento secreto

'Supercomissão' herda R\$ 6,5 bilhões do orçamento secreto e supera 6 ministérios

— Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado concentra recursos, que ao todo chegam a R\$ 7,6 bi; novo mecanismo mantém verba sob controle de parlamentares

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Com o fim do orçamento secreto, o Congresso adotou um novo mecanismo para controlar uma fatia maior de dinheiro público. Pela primeira vez, uma comissão, sozinha, vai ter mais dinheiro do que seis ministérios do governo federal e mais recursos até que o Supremo Tribunal Federal (STF). As comissões temáticas, colegiadas que reúnem grupos de parlamentares onde são discutidos projetos antes da votação em plenário, terão R\$ 7,6 bilhões em 2023.

Quase tudo, no entanto, ficou concentrado em apenas um deles: o de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, com R\$ 6,5 bilhões. Uma verdadeira "supercomissão". Em anos anteriores, os valores para comissões foram bem menores. Em 2020, por exemplo, os colegiados tiveram R\$ 639,7 milhões. Em 2021, os recursos foram zerados. No ano passado, foram R\$ 329,4 milhões.

O destino final do dinheiro só será conhecido ao longo do ano, quando o governo liberar

Verba
Caberá à comissão
apresentar ao governo
federal a indicação final do
dinheiro previsto para 2023

conforme o pedido dos senadores. Por isso, a presidência dessa "supercomissão" será tão disputada. O comando deve ser definido a partir desta semana. Até o ano passado, a comissão era controlada pelo PTB e pelo PL, partidos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. Agora, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em articulação com o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), age para isolar a ala adversária e ficar com os cargos nos colegiados.

Em dezembro do ano passado, o Supremo considerou o orçamento secreto ilegal. O mecanismo, revelado pelo **Estadão**, autorizava deputados e senadores a indicar o envio de recursos para bases políticas sem critérios técnicos e sem identificação. Com a decisão

do STF, os recursos foram redirecionados pelos parlamentares para que tivessem a destinação chancelada por comissões.

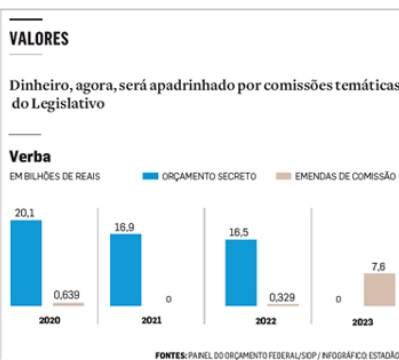
DISPUTA. Na semana passada, na eleição dos integrantes da Mesa Diretora do Senado, o grupo de Pacheco e de Alcolumbre conseguiu isolar o senador Rogério Marinho (PL-RN), que disputou a presidência da Casa com o apoio de Bolsonaro e foi derrotado. O PL tentou conquistar a segunda vice-presidência, mas desistiu na última hora. Aliados de Marinho ainda vão buscar assumir a presidência de comissões mais relevantes.

Alcolumbre tem interesse direto nas emendas da supercomissão. Além de ser um dos principais operadores do orçamento secreto, ele foi o padrinho da indicação do ministro da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Waldemar Goés, para o cargo, e articulou a reeleição de Pacheco na presidência do Senado.

Com a dobradinha, os senadores vão indicar obras e municípios que receberão os recursos, e o chefe da pasta abrirá o cofre. O Congresso colocou no guarda-chuva da supercomissão as mesmas ações que bancaram os recursos do orçamento secreto, adotando uma manobra após o STF declarar o mecanismo inconstitucional. Os recursos podem ser direcionados à compra de tratores, construção de estradas e asfalto de ruas nos municípios.

Desde 2020, o pagamento do orçamento secreto foi alvo de acordos que incluíram contratos superfaturados e até direcionamento para empresas de aliados dos políticos. Um dos exemplos, revelados pelo **Estadão** recentemente, foi o do ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Ele concentrou as emendas secretas em Vitorino Freire (MA), cidade governada pela irmã, Luanna Rezende, e usou o dinheiro para asfaltar a estrada que passa na frente de oito fazendas da família.

A empresa contratada para fazer a obra é comandada de forma oculta por um conhecido de longa data do ministro do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O empresário che-



Para lembrar

STF derrubou mecanismo no fim do ano passado

● **Revelação**

O orçamento secreto foi revelado por uma série de reportagens do **Estadão**. O mecanismo foi gestado no governo Bolsonaro para assegurar apoio no Congresso em troca do controle de parte do Orçamento pelos parlamentares

● **Mecanismo**

Em 3 anos, o orçamento secreto consumiu R\$ 50 bi. Parlamentares enviavam ao relator do Orçamento a indicação de como e onde os recursos deveriam ser aplicados. O destino

era sempre o reduto do político e o nome do congressista não era conhecido

● **Suspensão**

Partidos de oposição ao governo Bolsonaro recorreram ao STF para que a distribuição de recursos sem transparência fosse travada. Relatora do caso, a ministra Rosa Weber determinou, no fim de 2021, a suspensão dos repasses

● **Julgamento**

Rosa também deu prazo para que o Congresso apresentasse a lista dos congressistas que apadrinharam a distribuição dos recursos. No fim de 2022, a Corte considerou o mecanismo inconstitucional

lo parecer final.

Os autores das indicações na comissão foram senadores beneficiados pelo orçamento secreto nos últimos anos, conforme a reportagem do **Estadão** constatou. Entre eles estão Eduardo Braga (MDB-AM), Roberto Rocha (PTB-MA), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Zequinha Marinho (PSC-PA), Plínio Valério (PSDB-AM), Chico Rodrigues (PSB-RR), Irajá Abreu (PSD-TO), Izalci Lucas (PSDB-DF), Marcelo Castro (MDB-PI), Acir Gurgacz (PDT-RO), Veneza Vital do Rêgo (MDB-PB) e Fernando Collor (PTB-AL).

ORÇAMENTO. Os R\$ 6,5 bilhões carimbados pelo colegiado superam o orçamento da pasta das Relações Exteriores (R\$ 4,8 bilhões); Meio Ambiente (R\$ 3,6 bilhões); e os Ministérios da Mulher e dos Direitos Humanos somados (R\$ 789,6 milhões); Minas e Energia (R\$ 2,8 bilhões); e Comunicações (R\$ 2,4 bilhões). A fatia também é maior do que todo o orçamento do Senado (R\$ 5,7 bilhões), do Banco Central (R\$ 3,9 bilhões) e do Supremo (R\$ 851,7 milhões).

Comparação
R\$ 6,5 bi da supercomissão
superam orçamento de
pastas como Relações
Exteriores e Comunicações

EMENDA PIX. Além dos repasses via supercomissão, parte dos recursos do extinto orçamento secreto foi transferida às chamadas emendas Pix, um mecanismo que assegura o repasse direto da verba para municípios escolhidos por parlamentares, sem necessidade de fiscalização federal, como revelou o **Estadão**.

Para que o Congresso continuasse tendo poder sobre boa parte das verbas de investimento da União, foi preciso fazer uma engenharia orçamentária. A folga no caixa veio com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que abriu um espaço de R\$ 169 bilhões no orçamento, direcionado a diversas áreas de interesse do governo e também dos parlamentares. ●

gou a ser preso pela Polícia Federal após ser acusado de pagar propina em troca de contratos no Maranhão.

'QUALIDADE'. Defensores das emendas de comissão dizem que esses recursos têm maior qualidade do que outras emendas. O relator do Orçamento de 2023 no Congresso, senador Marcelo Castro (MDB-PI), defendeu esse modelo como uma saída mais racional após o fim do orçamento secreto. Uma emenda de comissão precisa bancar uma ação de caráter nacional e só é aprovada se receber o aval da maioria dos senadores do colegiado.

As emendas colocadas neste ano, porém, caíram na vala comum: foram indicadas para

ações genéricas, como "apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado", que banca desde tratores até a estrada para a fazenda do ministro e foi amplamente usada no orçamento secreto. Outras áreas ficaram para trás. As comissões de Educação da Câmara e do Senado terão, somadas, R\$ 283,5 mil, o que equivale a 4% do recurso que a Comissão de Desenvolvimento Regional capturou.

A JATO. As emendas da supercomissão foram aprovadas em uma reunião de 15 minutos, no dia 9 de novembro do ano passado. Nessa fase, as comissões aprovam as indicações e encaminham para o relator-geral do Orçamento, responsável pe-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6